

PROGRAMA DE GOVERNO

PROFESSORA LISETE

Coligação (PSOL/PCB)

APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto de um esforço coletivo, com a síntese de debates e formulações entre diversas pessoas, organizações e movimentos sociais, para apresentar um programa de governo ao Estado de São Paulo que melhore as condições de vida das pessoas, buscando responder aos inúmeros problemas com que vivemos e apontando concretamente um sentido para a mudança que queremos. Partimos da convicção de que nossos problemas estruturais somente serão resolvidos a partir de uma perspectiva da classe trabalhadora, enfrentando os interesses mesquinhos dos poderosos em prol de uma vida digna à maioria da população nos centros urbanos, nas periferias, no campo. Governar para aqueles que movem o mercado de trabalho formal, ou mesmo à margem dele, faz crescer São Paulo. Queremos recuperar a capacidade do Estado para garantir direitos e a implantação de uma gestão a partir do poder popular deliberativo.

No texto abaixo, identificamos os problemas do nosso Estado e elencamos nossas prioridades, de modo a enfrentar diretamente a raiz dos problemas nos próximos quatro anos, com um plano de urgência que contém medidas para serem realizadas nos primeiros seis meses. Com uma administração eficiente, vamos realizar uma revolução democrática, transformando a educação e a estrutura do nosso Estado através de uma efetiva participação popular. Para isso, a inovação começa em nosso programa, que para apresentar a complexidade das soluções que precisamos, é organizado por eixos: #SP por Outro (Des)Envolvimento, #SP pela Liberdade e #SP dos Direitos. Estes eixos são permeados por formulações transversais de mulheres, juventude, negras e negros, LGBTI+ e de pessoas com deficiência.

OS PROBLEMAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os muitos anos de governo do PSDB em São Paulo criaram e agravaram diversos problemas no nosso estado. A forma de governar apenas para os mais ricos e para as grandes empresas trouxe DESIGUALDADE com corrupção, DESTRUIÇÃO de direitos e do meio ambiente e HOSTILIDADE - porque tratou a população pobre e, principalmente, a juventude negra e periférica como seus inimigos. A Professora Lisete vai mudar esta realidade. A seguir, vamos aprofundar o diagnóstico dos problemas atuais, dividindo-os nestes três tópicos: desigualdade, destruição e hostilidade.

DESIGUALDADE

O Estado de São Paulo é o mais rico do país, com a maior arrecadação de impostos, é berço da indústria nacional, sede do capital financeiro nacional e abriga a matriz de grande parte das empresas com atuação no Brasil. Desde a redemocratização do país, os políticos do PSDB estão no governo e se vangloriam de serem excelentes gestores da coisa pública. Entretanto, que gestores são esses que, no Estado mais rico, não conseguem garantir os direitos mais básicos da população? Após mais de 20 anos desta política, é possível ter a clara convicção de que os planos de longo prazo para beneficiar a população não foram realizados, enquanto benefícios para os grandes empresários foram executados rapidamente. O PSDB tirou recursos dos mais pobres e entregou para os mais ricos, levantando um muro de desigualdades que prejudica a grande maioria da população, principalmente a negritude - que são autodeclarados cerca de 40% da população do estado.

Num estado de 44 milhões de pessoas com um PIB de quase R\$ 2 trilhões em 2015, estabelecendo um valor por habitante da ordem de R\$ 45 mil por ano, não seria de se esperar muita desigualdade. No entanto, não é isso que se percebe em São Paulo. Os efeitos da concentração de renda e da crise econômica, social e política que se abateu no Estado de São Paulo estabelece amplas distâncias e torna escancarada a falta de moradia, transporte, saúde, segurança e educação nas periferias urbanas em relação aos serviços oferecidos nos jardins nobres das elites paulistas. O cenário se agrava com a corrupção e com as poucas ações de transparência e de combate a esse grande problema

no nosso Estado. Problema este que já vem desde as gestões anteriores, como podemos constatar em escândalos, sendo o mais recente o do ex-chefe da Dersa. O roubo do dinheiro público no Brasil, segundo estimativas da FIESP, chegaria ao valor equivalente a 2,3% do PIB. Entretanto, a Federação das Indústrias de São Paulo não se atreve a divulgar os dados da corrupção oriunda no Estado de São Paulo.

Uma das formas que o PSDB ampliou as desigualdades foram as desonerações fiscais concedidas pelo Governo, cujas informações são mantidas a sete chaves apesar de implicarem em uma enorme perda de receitas que poderiam estar financiando os serviços públicos. A estimativa é que, entre 2010 e 2019, serão 156 bilhões de reais perdidos pelo estado! O estado deixa de cobrar imposto dos mais ricos, sobretaxa os mais pobres e quem perde duplamente é a população.

Outro mecanismo da desigualdade, implementado pelo PSDB em nosso Estado, está nas dívidas públicas. Enquanto o trabalhador tem uma série de obrigações financeiras e impostos, grandes empresários tem uma dívida com o Estado que acumula, em 2017, 350 bilhões de reais sem cobranças. Ou seja, não falta dinheiro no Estado, falta compromisso com a população.

Outra faceta dessa política criminososa é a cota de participação do estado na Dívida Pública Nacional e na obtenção do superávit primário. Denunciamos essa fraudulenta dívida que inviabiliza um plano sério de investimento e recuperação da economia do País e do Estado. Defendemos uma auditoria da dívida pública federalizada em 1997, que corresponde nos dias atuais a 80% do endividamento de São Paulo, de forma a explicitar sua composição e mostrar o quanto é injusto o seu pagamento.

Assistimos ainda os diversos estados da federação participarem de uma busca desenfreada pela atração de empresas, o que ficou conhecido como guerra fiscal. Este perverso mecanismo destrói as finanças de estados e municípios, pois a contrapartida comumente aceita é a promessa de geração de emprego. As empresas ganham desonerações e benefícios fiscais e não são obrigadas a cumprir as promessas. Isso implica que o orçamento fica comprometido – e a garantia de infraestrutura para a produção e formação e reprodução da mão de obra cai sobre os ombros do trabalhador. Dada a extrema desigualdade regional do nosso país e a ausência de políticas efetivas a

nível nacional, diversos estados têm recorrido ao uso de instrumentos fiscais para atrair ‘investidores’. Esse mecanismo tem que acabar e políticas públicas efetivas a nível nacional devem ser viabilizadas para promover redução das desigualdades. Enquanto isso, São Paulo não pode condenar o povo paulista a pagar pelos sanguessugas do orçamento público: se as empresas estão em São Paulo é pela infraestrutura e pela gama de serviços de excelência oferecidos. A USP, a UNESP, a UNICAMP e o Centro Paula Souza formam mão de obra técnica e superior de reconhecida qualidade. Estas, junto com a FAPESP, financiam projetos de pesquisa que tomam o mundo, todas financiadas inteiramente com o orçamento do estado. Além disso, hospitais de referência, institutos de pesquisa, equipamentos culturais, dentre outros, tornam o estado de São Paulo um pólo de atração regional na América do Sul e precisam de mais investimentos.

O que temos visto é o orçamento do nosso estado ser custeado pelos mais pobres, para quem São Paulo tem virado as costas durante a gestão tucana. O empresariado, que lucra com a infraestrutura, com a pesquisa e com a mão de obra que São Paulo dispõe, deve retribuir de forma justa, pagando os tributos estabelecidos pela legislação. O orçamento deve ter uma função de minimizar desigualdades: empresários e mais ricos – como em qualquer país desenvolvido – devem pagar mais para que os serviços públicos possam reduzir o fosso de acesso a direitos.

O resultado da combinação de todas as políticas vigentes nas últimas décadas é um estado desigual em que o desemprego elevado, principalmente entre os mais jovens torna-se um problema dramático. O ciclo da desigualdade provocado pelo PSDB levou a diminuição de renda das famílias, trabalhos informais e precários, péssimas condições de moradia, intensas dificuldades educacionais, entre outros problemas.

DESTRUIÇÃO

Outro grande problema destas décadas de políticas do PSDB com a destruição sistemática do nosso Estado e a sangria dos cofres públicos em benefício dos mais ricos, ao invés de garantir direitos de toda a população, foi o leilão do patrimônio paulista realizado por privatizações, terceirizações e concessões. Estes são projetos contrários ao bem comum que tem aumentando os gastos das famílias com pedágios e conta de água,

por exemplo. Na área da Saúde Pública, importantes hospitais regionais têm sido vendidos, tais como: Pedreira e Grajaú - na capital paulista; Diadema, Itanhaém, Piracicaba - que foi inaugurado em março deste ano somente com o setor ambulatorial em funcionamento-, num esquema que envolve a concessão para empresas privadas com prejuízos importantes na participação popular e controle social.

Outro ponto dramático desta destruição para a população de São Paulo têm sido o déficit habitacional de cerca de 1 milhão e 337 mil, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), e a especulação imobiliária promovida por estes governos do PSDB que aumentou tanto o preço do aluguel quanto o número de moradias precárias. As pessoas com menos de 3 salários mínimos são as mais atingidas, principalmente as mulheres, muitas mães solteiras e os jovens com trabalhos precários que tem mais chance de residirem em uma habitação inadequada. O resultado de todos esses desgovernos tucanos é que 578.368 domicílios do Estado são carentes de alguma infraestrutura (308.368 na Grande São Paulo), dos quais 259 mil casas não possuem fornecimento regular de água e 299 mil não possuem coleta de esgoto, enquanto há no estado, segundo a FJP, quase um milhão e meio (1.414.083) de domicílios vagos. As políticas realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) foram insuficientes e realizadas a partir da lógica de destinar recursos do estado para empreiteiras e não para o direito à moradia efetivamente.

E o PSDB, que trabalhou bastante para garantir o lucro das grandes empresas, socializou com toda a população os impactos socioambientais causados por elas. A política de desenvolvimento foi predatória e considerou que geração de trabalho, renda, mobilidade e até mesmo o acesso à água são incompatíveis com a preservação do ambiente. Importantes recursos naturais foram destruídos pelo aterramento e canalização de rios, sem investimentos em hidrovias; por não protegerem as matas ciliares como na bacia hidrográfica dos mananciais que compõem o Sistema Cantareira; por desmatarem áreas remanescentes de Mata Atlântica e manguezais para construção de barragens e transposições de rios; por desmatarem área de Cerrado para expandir o aeroporto de Viracopos em Campinas; e por poluir a zona costeira ao permitir a cava subaquática na Baixada Santista.

A política do PSDB para a Sabesp é um grande problema porque combina desigualdade social e econômica com destruição dos recursos hídricos. Na crise hídrica, o governo

penalizou os pequenos usuários com multas e, ao mesmo tempo em que manteve tarifas menores para grandes consumidores, criou uma lógica de financeirização das contas de água garantindo os lucros dos acionistas. Sem qualquer tipo de planejamento, retirou água de outros locais do Estado para atender a demanda da Região Metropolitana de São Paulo, gerando significativos impactos ambientais e comprometendo a disponibilidade hídrica. Penalizou principalmente a população moradora das periferias que, durante vários meses, não teve água em suas torneiras e ainda assim era obrigada a pagar as contas mensais, mesmo com o fornecimento de água interrompido.

O sucateamento dos serviços públicos de saúde, educação, segurança, esporte, lazer e outras áreas é também uma faceta da destruição de São Paulo. Denunciamos a política das PPPs (Parceria Público Privado) e OS (Organizações Sociais) - aplicadas pelo PSDB em todos os setores do serviço público que são verdadeiras transferências de dinheiro público ao setor privado.

Na educação, professores são desvalorizados por um sistema de meritocracia e sucateamento que apenas colhe como resultado a piora da qualidade na educação. A tentativa de fechamento de salas de aulas e reação violenta à luta dos alunos só denuncia como os governos do PSDB destroem tanto a educação quanto as oportunidades para a juventude. Falsas soluções de universidades virtuais só demonstram o imenso despreparo destes governos para enfrentar os desafios de uma educação democrática e transformadora. Na saúde, a falta de acesso à assistência, os ataques aos programas de fornecimento de medicamentos de alto custo e filas intermináveis, são resultados da estratégia privatizadora e contrários ao bem comum que colocam a nossa saúde como mercadoria e não como direito.

Os trabalhadores estaduais da educação, da saúde, da segurança pública e de outras secretarias sofrem inúmeras consequências, que envolvem baixos salários, precárias condições de trabalho que levam ao adoecimento, além da ausência de concursos regulares, que prejudica o atendimento e aumenta a demanda dos trabalhadores.

Um exemplo de descaso com a vida da população e destruição dos serviços públicos se trata justamente de um hospital de ensino: o Hospital Universitário da USP. Este hospital é referência para toda a região Oeste da Grande São Paulo e na formação de

profissionais da saúde. Gerido pela USP, perdeu mais de 400 trabalhadores por meio de um Programa de Demissão Voluntária, sem que suas vagas fossem repostas, afetando a população, diminuindo drasticamente os atendimentos. Recentemente, diante da situação calamitosa, até foi aprovado um Projeto de Lei que destinava 48 milhões de reais para novas contratações e custeio de pessoal para o HU/USP. No entanto, o atual governador Márcio França (PSB) VETOU a destinação desses recursos.

Há muitos outros exemplos de destruição nas diversas áreas. Na segurança pública Alckmin deixou o Governo de São Paulo, em abril, com um déficit de 12.274 cargos vagos na Polícia Civil, segundo o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Na assistência social a ausência de políticas para os imigrantes é também resultado do sucateamento da assistência social do estado. A área de esporte e lazer, principalmente numa perspectiva participativa, foi desprezada a ponto de não ter uma secretaria de esporte e lazer efetiva.

HOSTILIDADE

Este modelo de governança do PSDB que combina desigualdades econômicas e sociais com destruição de direitos e destruição ambiental é completado por um terceiro conjunto de ações que levam ao problema da hostilidade, porque pretendem controlar as pessoas através do medo. Desta forma, os governos do PSDB trataram como inimigos as mulheres, a negritude, a juventude da periferia, a comunidade LGBT, os trabalhadores e trabalhadoras e as pessoas usuárias dos serviços de saúde. As pessoas com deficiência foram tratadas de maneira excludente, com segregação e distanciamento do poder público, sem contar com a perspectiva adotada de “normalização” e “adaptação” do indivíduo a sociedade.

Um dos resultados da decisão política do PSDB de usar a hostilidade como forma de governo é o encarceramento em massa, principalmente da população negra, jovem, pobre e com pouco acesso à educação do nosso estado. São Paulo é o Estado com maior número de presos absolutos, com número alto e crescente de mulheres negras presas. Os presídios estão superlotados - são mais de cem mil presos a mais do que a capacidade -, apenas 10% das pessoas presas estão envolvidas em alguma atividade educacional

(contra 12% no país inteiro) e apenas 13% entre os presos exercem atividade de trabalho (contra 15% no Brasil).

Os índices de mortes por policiais aumentaram, evidenciando como que a política de segurança do PSDB é marcada, não apenas pela hostilidade, mas pelo racismo e pelo preconceito contra os mais pobres e mais jovens. Os problemas de segurança para as pessoas do Estado de São Paulo não foram resolvidos e isso atinge com mais força a juventude e as mulheres. Os índices alarmantes de violência contra as mulheres, como o aumento do número de estupros e de feminicídios de mulheres negras, fez com que a cidade São Paulo fosse considerada, ao lado de Nova Déli, a pior metrópole em violência sexual contra mulheres no mundo, de acordo com um estudo realizado pela Fundação Thomson Reuters no final de 2017. No interior de São Paulo, foram registrados pelo menos três vezes mais casos de violência contra a mulher no ano de 2016. Em média, foram 3,5 tentativas de homicídio por mês contra mulheres na capital, ante 17,9 no interior.

Outra expressão da hostilidade nos últimos governos foram as políticas de higienização promovida nas “cracolândias” paulistas, feitas à base de “dor e sofrimento”. Com a desigualdade e a destruição de direitos na vida das pessoas, cada vez mais viver em situação de rua se torna realidade possível. Essa condição de desproteção social combinada com o consumo de drogas lícitas e ilícitas tem se tornado um problema na questão social, tanto urbana quanto rural. A resposta do PSDB à esse complexo problema social foi a utilização desmedida das forças policiais para promoverem uma guerra a pessoas em situação de rua, que usam ou não drogas, aos pobres, do Centro - na Cracolândia - até as periferias metropolitanas. E, nesta política dos tucanos e seus aliados, a guerra mata dos dois lados, pois os policiais também são vítimas, com alto número de adoecimento, mortes e ausência de políticas salariais, de cuidado e formação.

A hostilidade é uma forma de controlar a vida das pessoas, assim como a falta de transporte e mobilidade urbana e a priorização do transporte individual rodoviário. O plano PITU (Plano Integrado de Transportes Urbanos), com suas versões para 2020 e 2025, não foi seguido e pouco foi implementado. As regiões metropolitanas do estado - RM São Paulo, RM Baixada Santista, RM Sorocaba, RM Campinas, RM Vale do Paraíba e Litoral Norte e RM Ribeirão Preto - têm se tornado cada vez mais complexas e não há prosseguimento dos projetos. Muitas das linhas de ônibus da EMTU (Empresa

Metropolitana de Transporte Urbano) que conectam as cidades das diferentes regiões metropolitanas do estado estão com seus contratos de serviços vencidos e dependendo de contratos emergenciais que encarecem os custos e rebaixam a qualidade dos serviços. Além do mais, elas não possuem itinerários que deem conta de todos os trajetos que a população realiza e seu sistema de bilhetagem não se comunica com os sistemas de cobrança dos ônibus municipais. E é a população pobre que paga mais caro, porque mora mais longe e também perde mais seu tempo porque demora num trânsito cada dia maior, já que o PSDB não criou faixas exclusivas nas rodovias das áreas urbanas.

A forma hostil de governar do PSDB é sentida também pelos pequenos produtores rurais na dificuldade de acesso ao crédito; pelas comunidades tradicionais (ribeirinhas, indígenas e quilombolas) na dificuldade de demarcação de terras, no desrespeito à cultura e a outras formas de relação com a natureza; pelos movimentos sociais e sindicais em luta que ao invés de serem recebidos para dialogar são reprimidos pela polícia; e pelos torcedores de futebol que, ao invés de serem estimulados por campanhas de pacificação, são tratados como criminosos.

A MARCA DO GOVERNO DA PROFESSORA LISETE

REALIZAR UMA REVOLUÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Para mudar São Paulo, o governo da Professora Lisete vai realizar uma revolução na educação do Estado – da creche a universidade, com significativa valorização dos trabalhadores da educação, com ganhos reais de salário e melhora das condições de trabalho. E, a partir do espaço da escola, irá mudar a realidade de vida das pessoas.

Um programa de governo pra realmente mudar a vida das pessoas precisa responder aos principais problemas da sociedade. Se, nos governos anteriores do PSDB, o centro da política estava nos palácios e nos acordos com as grandes empresas, no governo da Professora Lisete o centro da política é a Escola Pública Estadual. Se a prioridade dos governos tucanos foi investir nas grandes empresas, a nossa prioridade de investimento será na juventude da escola pública. Se a forma de governar deles foi com hostilidade, tratando a população como inimiga, a forma de governar da Professora Lisete é com diálogo e Poder Popular. Se eles destruíram direitos com um fosso de desigualdades, nós vamos levantar oportunidades e direitos sociais para toda a população.

PRIORIDADES

INVESTIMENTO E OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE

Vamos realizar um significativo investimento direto de transferência de renda para a juventude, criando oportunidades para os mais jovens continuarem estudando e realizando projetos que envolvem cultura, esporte, trabalhos comunitários e pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento. Com as ocupações de escolas estaduais em nosso Estado, ficou claro que o desejo dos mais jovens é de transformar suas próprias vidas e a sociedade, a partir tanto do poder popular quanto de reais oportunidades educacionais. Nosso programa está comprometido em manter a juventude – principalmente a juventude negra, as mulheres jovens, LGBTI+ e jovens com deficiências – ligada com a escola de ensino médio, técnico e também com a universidade através de transferência de renda via projetos de bolsas, estágios e monitorias que irão combinar desenvolvimento educacional e comunitário, combatendo o desemprego e o trabalho precário.

PODER POPULAR PARA DEMOCRATIZAR O ESTADO

A partir da escola, vamos colocar em prática a nossa forma de governar com poder popular. Nós iremos inaugurar uma nova relação do cidadão com o Estado em que as pessoas vão realmente participar das decisões que afetam suas vidas e sua comunidade, através de inúmeros debates a partir da escola estadual com consultas plebiscitárias, que irão definir um plano estadual e planos regionais de ação, além dos laboratórios de participação popular.

Vamos ter um governo eficiente, focado no bem estar da maioria da população, daqueles que mais precisam dos serviços públicos e da ação do estado, garantindo os direitos humanos. Já no início do governo, diversas relações institucionais e contratos do Estado com entidades públicas ou privadas passarão por processos de auditoria, revisão, transparência e, no caso de projetos contrários ao bem comum, de reversão. Retomaremos a gestão direta, valorizando os trabalhadores, buscando a horizontalidade das relações de trabalho e, desta forma, garantindo a participação real na gestão dos serviços do estado, acabando com cargos de confiança e diminuindo os custos do alto escalão do governo.

ENFRENTAR E REDUZIR AS DESIGUALDADES COM DIREITOS SOCIAIS

No governo da Professora Lisete, a escola se tornará o centro da política para superar as desigualdades, com investimentos nos direitos sociais. Mobilizaremos variadas áreas governamentais para enfrentar cotidianamente este desafio. Isso exige fortalecimento dos serviços públicos, pela mudança e diversificação do modelo de desenvolvimento, garantindo trabalho e renda aos mais pobres.

Vamos diminuir os custos dos transportes combatendo pedágios e reduzindo tarifas em direção à tarifa zero. Vamos realizar a expansão da malha dos transportes sobre trilhos e ampliar as linhas de ônibus intermunicipais com a criação do Bilhete Único Estadual. Tudo isso mediado pela captação de recursos oriundos de mudanças tributárias regressivas, com alíquotas progressivas e cobranças de grandes empresas devedoras.

PLANO DE MEDIDAS URGENTES

A situação do estado de São Paulo nas mais diversas áreas é grave. O governo da professora Lisete está decidido a mudar esta realidade e melhorar a vida das pessoas no curto prazo e para isso se faz necessário explicitar em nosso programa nossas medidas urgentes para os seis meses iniciais de governo

MEDIDAS URGENTES

- As diversas áreas da gestão estadual vão passar por cinco processos:
 - 1 - Auditoria de contratos e dívidas envolvendo a gestão pública;
 - 2 - Ações ativas de transparência dos gastos públicos nos setores governamentais;
 - 3 - Revisão e reversão de ações e projetos CONTRÁRIOS AO BEM COMUM - como privatizações que transformam direitos em mercadoria e as terceirizações;
 - 4 – Redução dos custos dos altos escalões do governo e das secretarias (austeridade com o governo e não com os direitos do povo) e fim dos cargos de confiança;
 - 5 - Realização concursos públicos para órgãos estaduais que estejam com déficit de trabalhadores e garantia de cotas étnico-raciais em todos eles.

- Criação de política estruturada de assistência e permanência estudantil para estudantes do ensino médio e técnico do estado, oferecendo bolsas de estágio e monitoria para atuação junto à escola e comunidade local para transferência de renda para o núcleo familiar do estudante.

- Organizar com participação popular os PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO e o PLANO ESTADUAL DE AÇÃO a partir de assembleias populares nos territórios, rumo a construção da primeira consulta plebiscitária do estado de São Paulo ao fim dos seis primeiros meses de governo.

- Promover durante os Planos Regionais de Ação, no primeiro semestre, um amplo debate em todas as regiões administrativas, encaminhando as contribuições para o processo de formulação do Plano Plurianual e, posteriormente, para elencar as Diretrizes Orçamentárias.
- Rever imediatamente as desonerações fiscais realizadas pelo estado.
- Começar a redução gradativa dos custos do transporte com as experiências de catraca livre nos transportes estaduais aos domingos, estudo emergencial para a expansão da malha de transporte sobre trilhos.
- Realizar política de valorização progressiva do salário mínimo paulista, tendo como referência os valores do DIEESE.
- Reformar a administração direta transformando numa administração moderna e revolucionária, mais horizontal e com participação real dos trabalhadores e usuários dos serviços.
- Resignificar a Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência para uma gestão popular, democrática, transversal e inclusiva.
- Criar uma Secretaria específica para a Juventude, desvinculando-a da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Governo do Estado.
- Vetar ordens de comandos policiais para ações de intervenção e abordagem de cidadãos pautadas unicamente em termos genéricos como cor de pele ou idade, regulando que tais ações policiais só possam basear-se em características específicas individualizadas da pessoa sob suspeita.
- Criar uma comissão civil para apurar os abusos e mudar o currículo de formação dos policiais em todos os escalões - pautados nos direitos humanos.
- Criação do Observatório Estadual LGBTI+ para mapear violência contra pessoas LGBTI+, com registro e disseminação de dados e compilação de leis, portarias, decretos, jurisprudência e outras normas referentes à população LGBTI+.

- Criação da Comissão Estadual da Verdade da segurança pública, com amplos poderes visando esclarecer e tornar pública a atuação dos órgãos de repressão do estado em ocorrências policiais onde há evidências ou suspeita de ter havido execução sumária extrajudicial.
- Construção do primeiro Centro Cultural de temática africana e afro-brasileira.
- Criar mecanismos e garantias da aplicabilidade da 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas e combater expressões, ilustrações e construções racistas nos materiais didáticos.
- Criar planos de recuperação das bacias hidrográficas com reflorestamento de matas ciliares dos principais mananciais que abastecem as regiões, bem como retirada de areia do fundo dos cursos d'água, para aumentar a disponibilidade de água e capacidade de armazenamento.
- Criar a Secretaria de Mulheres, que será responsável pelas ações integradas entre secretarias de combate às desigualdades de gênero e de combate à violência e a implantação dos Centros de Referência da Mulher com serviços de acolhimento à mulher em situação de violência nas diferentes regiões do estado.
- Garantir o funcionamento em tempo integral de todas as Delegacias de Defesa da Mulher e garantindo também o atendimento de mulheres transexuais e travestis.
- Reconverter os imóveis públicos subutilizados e vazios para fins de moradia por meio de programas de locação social, onde o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura — ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel.
- Revisão e redução das filas de espera para consultas, procedimentos e exames na Atenção Secundária e Terciária com fortalecimento dos equipamentos públicos

de saúde, ampliação de horários de atendimento e aperfeiçoamento de sistema digital para interligar a regulação das vagas, com transparência.

- Reabrir salas e estabelecimentos de ensino da rede estadual de São Paulo, assim como interromper processos de municipalização. Terminar com o SARESP e criar formas de avaliação a partir das comunidades escolares.
- Substituição das mais de 100 escolas de lata da rede estadual por escolas de alvenaria e imediato estudo e investimento emergencial para a recuperação da capacidade e qualidade no atendimento à saúde e educação públicas.
- Acabar com a política de bônus na rede estadual de ensino, incorporando seus valores aos salários dos profissionais da educação pública
- Aplicação imediata da lei 15.830 de junho de 2015 que trata de alunos com necessidade especiais de aprendizagem e a redução do número de alunos em sala de aula.
- Valorização das condições de trabalho dos servidores estaduais, com combate às condições que levam ao adoecimento dos trabalhadores no serviço público.

EIXOS DO PROGRAMA:

#SP POR OUTRO (DES) ENVOLVIMENTO

Mudar o Estado de São Paulo significa mudar a forma de promover seu desenvolvimento. Nos últimos governos o modelo econômico e de administração buscou privilegiar o lucro das grandes empresas, não se importaram com a degradação ambiental, não garantiram emprego e renda para as pessoas mais pobres e de forma alguma promoveram a participação popular. O governo da professora Lisete através das propostas abaixo irá promover o envolvimento das pessoas com a criação de estruturas de poder popular objetivando outro desenvolvimento em nosso estado baseado na superação das desigualdades com transferência de renda para os mais pobres através do trabalho, proteção ambiental e mudanças no transporte garantindo a mobilidade, principalmente, das pessoas que moram mais distantes através do bilhete único estadual. Nossas proposições estão divididas em cinco pilares: poder popular; financiamento; trabalho e renda; proteção ambiental e transporte estadual.

PODER POPULAR

Criar formas de compartilhar poder e garantir o poder popular será uma das prioridades do governo da Professora Lisete. Ao invés da burocracia que beneficia as elites e a corrupção, nós vamos implantar uma forma eficiente e revolucionária de administrar o estado junto com as pessoas. Não vamos interferir no poder legislativo, mas compartilhar ações do poder executivo. Para isso, desde o primeiro dia do nosso governo, vamos iniciar um processo de criação compartilhada dos PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO, do PLANO ESTADUAL DE AÇÃO e dos LABORATÓRIOS DE PODER POPULAR. Os planos regionais de ação, assim como o plano estadual de ação não serão baseados apenas dos consensos construídos entre os debates populares, mas as diferenças serão submetidas a duas CONSULTAS PLEBISCITÁRIAS que serão realizadas pelo poder executivo após seis meses de governo e depois de dois anos. Nós iremos inaugurar uma nova relação do cidadão com o Estado.

PROPOSTAS

- Criar e articular nas diferentes regiões do estado assembleias populares que irão seguir uma metodologia de debates para definir prioridades regionais e propostas para os PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO e para o PLANO ESTADUAL DE AÇÃO
- Criar LABORATÓRIOS DE PODER POPULAR nas diferentes regiões do estado, com o desenvolvimento de protótipos de autogestão das comunidades e dos trabalhadores – de acordo com manifestação de interesse dos envolvidos - em serviços e equipamentos estaduais.
- Definir em conjunto com a população nos planos regionais de ação: ampliação dos trajetos das linhas intermunicipais; prioridades para construção de ciclovias intermunicipais, prioridades para melhorias comunitárias a serem realizadas pelos estudantes bolsistas.
- Realizar espaços temáticos e intersetoriais nos territórios, fortalecendo as conferências, fóruns, conselhos ou planos estaduais por áreas – saúde, cultura, educação, habitação, assistência social, ambiente, segurança pública, pessoas com deficiência – como um poder deliberativo sobre políticas públicas e uso do orçamento.
- Democratizar todas as Secretarias, assim como os diversos poderes estaduais, com gestões inclusivas em relação às pessoas com deficiências, disseminando concepções inclusivas em todas as áreas, ampliando a acessibilidade e garantindo a comunicação respeitando as especificidades.
- Implantar ações que promovam a emancipação de pessoas com deficiência e familiares, tais como programas de RBC-Reabilitação Baseada na Comunidade, particularmente de áreas pobres, com vistas à “desesconder” e incentivar a participação e inclusão comunitária e social desses cidadãos.
- Criar o poder popular nas instituições de ensino para livre organização dos estudantes, com participação direta de coletivos e movimentos criados pelos próprios estudantes e com acesso a estruturas tanto de mobilização - espaços físicos, estrutura multimídia e recursos gráficos – como de decisões.

- Fortalecer os conselhos de escola com ampla participação das comunidades escolares, dos movimentos sociais, dos estudantes e dando condições para auto-organização dos professores e trabalhadores da educação.
- Promover discussões para criar processos participativos para escolha de diretores e coordenadores pedagógicos, entre os concursados, em todas as escolas da rede estadual de São Paulo, com participação da comunidade escolar.
- Criar controle popular do sistema de Justiça com a criação de conselho externo do Poder Judiciário, do MP e da Defensoria, formado e escolhido pela sociedade civil, e a criação de Ouvidorias Externas no MP e no judiciário.
- Fortalecer a autogestão na construção de moradias populares, ampliando a ação para a política de lotes urbanizados e melhorias habitacionais, em especial vinculadas a movimentos sociais.
- Criar duas CONSULTAS PLEBISCITÁRIAS, com seis meses e dois anos, para decidir conjuntamente com a população o PLANO ESTADUAL DE AÇÃO que irá determinar as ações do poder executivo, assim como questões dos PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO que não foram consensuais.

FINANCIAMENTO

As desonerações fiscais, cujas informações são mantidas a sete chaves pelo governo, assim como o pouco empenho em cobrar os grandes devedores do estado implicam em uma gigantesca perda de receitas para o Estado. O governo da Professora Lisete vai mudar esta realidade para poder financiar os direitos sociais com fiscalização e cobrança dos muito ricos e propostas de alíquotas progressivas que possibilitem aproximar o estado de uma justiça tributária. Os empresários precisam contribuir com a infraestrutura do estado e os mais pobres não podem carregar o peso das desonerações dos ricos.

PROPOSTAS:

- Criação de uma comissão para avaliação de todas as desonerações estaduais com vistas a gerar um relatório completo dessa Política. Revisão das desonerações com vistas a dotar essa política de um elemento progressivo no aspecto tributário, buscando desonerar em maior proporção os produtos básicos e transferir os custos para produtos de luxo.
- Divulgação dos beneficiários da Política de Desonerações por CNPJ, dispendendo o mesmo nível de publicidade dos servidores e empresas fornecedoras no Portal da Transparência.
- Combater a sonegação e realizar a cobrança integral das dívidas dos grandes devedores do estado.
- Garantir que o orçamento forneça serviços públicos e de qualidade pelo estado, com valorização dos trabalhadores. Cumprir a legislação que determina o reajuste salarial dos trabalhadores estaduais de todas as secretarias e o piso estadual. Priorizar a discussão e elaboração de planos de cargos e salários do funcionalismo público objetivando a valorização das carreiras e corrigir distorções.
- Apresentação de destinação de verba estadual na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a efetivação de políticas públicas voltadas para à população LGBTI+, para às mulheres, juventude, negros e negras e pessoas com deficiência.
- Formular o orçamento a partir das demandas regionais – dos Planos Regionais de Ação – criando rubricas específicas para acompanhamento das despesas por região.

- Ampliar as audiências públicas sobre o Orçamento de modo a realizar reuniões orçamentárias em cada município paulista.
- Aumentar a agilidade e a eficiência dos processos de compras (centralizadas ou regionalizadas), visando suprir mais rapidamente as demandas das secretarias como as da educação – nas compras de livros, materiais, uniformes, merenda e excursões – com fiscalização a partir do poder popular.
- Fomentar a aquisição local de produtos pelas secretarias. Essa política será ancorada na regionalização dos orçamentos tendo como consequência a redução dos valores, permitindo a participação de um número maior de empresas fornecedoras, particularmente àquelas geridas por cooperativas de trabalhadores, projetos comunitários que geram renda à populações mais carentes. Empresas não idôneas ficam vetadas de estabelecer qualquer contrato com o poder público.
- Criação de uma central on-line de apoio ao micro e pequeno empresário incentivando a participação das compras públicas;
- Revisão das alíquotas de Imposto (sobre a herança) de transmissão causa mortis e doação (ITCMD) – hoje única de 4% - para uma tabela de incidência progressiva que no Brasil pode alcançar 8%. Coordenar essa revisão com esforços de contenção da evasão desse tributo.
- Organizar esforços para rever a decisão da Justiça que proibiu a cobrança de IPVA sobre helicópteros e embarcações de luxo, de forma a incrementar o montante arrecadado pelo estado. Regulamentar alíquotas progressivas com faixa de isenção para pequenas embarcações, como as de pescadores e ribeirinhos.

TRABALHO E RENDA

Sabemos que o desemprego atinge de forma dramática a juventude e por isso vamos realizar um efetivo trabalho de manter os jovens nas escolas de ensino médio, técnicas e universidades com programas de bolsas trabalho-estudo em diferentes áreas de atuação – por exemplo, na formação de agentes culturais – melhorando as comunidades. Dessa

forma, iremos afastar o jovem de entrar precoce no mercado de trabalho, melhorando sua qualificação, abrindo as portas para seu ingresso na universidade, e damos outras oportunidades àqueles que antes teriam ocupações precárias.

Em outra frente nosso governo vai criar no médio prazo um ciclo virtuoso de aumento de direitos, emprego, renda e arrecadação em que saúde, educação, cultura, assistência social e moradia serão direitos sociais - e não mercadorias! A ampliação destes direitos, oferecidos com qualidade pelo estado para o conjunto da população e a elaboração de um plano de obras públicas irá ampliar os postos de trabalho no estado e, conseqüentemente, aumentará a renda em circulação, que impulsiona a arrecadação do estado e a geração de novos empregos.

Vamos também valorizar a agricultura familiar com a criação de coletivos produtivos e Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e fortalecer incentivos para áreas de trabalho comum em cada região do estado tais como o ecoturismo, a economia solidária, a produção têxtil comunitária, a indústria ecológica e produção artística comunitária.

PROPOSTAS

- A partir dos Planos Regionais de Ação e do espaço da escola gerar e fortalecer propostas de trabalho comum nas diferentes áreas, com suporte financeiro e técnico do Estado.
- Reorganizar o Centro de Atendimento ao Trabalhador para auxiliar na orientação vocacional, democratização das oportunidades e intermediação das vagas, principalmente para: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e comunidade LGBTI+.
- Priorizar compras nas licitações públicas de cooperativas e outras formas de associativismo popular, especialmente de alimentos orgânicos para a merenda escolar, dando preferência à produção local.

- Fomentar os circuitos curtos de comercialização e consumo a partir de iniciativas como as CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), priorizando compras institucionais e acesso a recursos.
- Oferecer alimentação a setores vulnerabilizados oriunda de produções agrícolas familiares em modelo de CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), com repasse mensal fixo aos produtores, que realizam entrega semanais dos produtos.
- Incentivar o associativismo na juventude e população LGBTI+, estimulando a criação de bancos comunitários, cooperativas de crédito consumo e produção autogeridas, baseadas no modelo da economia solidária.
- Financiamento do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP) para estruturação dos planos intermunicipais de resíduos que contemplem a participação progressiva das cooperativas de catadores em todos os níveis da indústria da reciclagem.
- Fomentar a integração das agendas de pesquisa das universidades paulistas com o Centro Paula Souza, de forma a ampliar a formação e a preparação para pesquisa dos estudantes da ETEC e da FATEC.
- Ampliar os direitos sociais sob responsabilidade do estado, com qualidade e valorização dos profissionais, priorizando a população que vive nas periferias. Integrar a população negra, LGBTI+ e pessoas com deficiência no serviço público e ampliar a política de combate à discriminação e ao assédio moral em locais de trabalho.
- Criar linhas de financiamento estaduais específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;

- Criação de programas de fiscalização para identificação das empresas que não respeitam os direitos das mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e LGBTI+.
- Garantir trabalho e renda em condições dignas e suficientes para as pessoas com deficiência, estimulando o cumprimento da “Lei de Cotas” nos programas de inserção de pessoas com deficiência no mundo formal do trabalho, assim como o cumprimento da “reserva de vagas” nos concursos públicos e indicações na administração direta, indireta e autárquica. Proibir a participação de empresas que não cumprem a “Lei de Cotas” em licitações públicas.
- Apoiar ou desenvolver programas de inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, também sob a ótica da estratégia do Emprego Apoiado. Promover a participação inclusiva de pessoas com deficiência em cursos de capacitação profissional.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

O governo da Professora Lisete vai mudar a lógica predatória dos governos anteriores através de projetos que vão melhorar as condições de vida da população e proteger o ambiente. Vamos aprofundar o desenvolvimento e implantação de energias renováveis. Avançaremos na coleta seletiva e no fim dos lixões. Enfrentaremos o desmatamento, a poluição do ar, do solo e dos rios, iremos regularizar terras de comunidades tradicionais e incentivar a agroecologia. Vamos transformar a gestão do estado colocando a proteção ambiental e a educação ambiental como prioridade e os parques serão públicos, administrados com participação popular.

PROPOSTAS

- Promover a manutenção da rede de água para diminuição das perdas na rede e a coleta e tratamento de esgoto para melhorar a qualidade dos corpos hídricos

através do financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para concessionárias de saneamento públicas.

- Investir na recuperação das matas ciliares para prevenir o assoreamento dos rios e no desassoreamento de rios e represas para aumentar o volume de reserva através do financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para Comitês de Bacias Hidrográficas.
- Garantir que municípios tenham regularidade e qualidade da coleta seletiva e que priorizem parcerias com cooperativas para gradativamente eliminarem os lixões através do Financiamento pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP).
- Restringir a utilização de agrotóxicos no estado e incentivar o consumo de alimentos orgânicos e a utilização de energias renováveis para combate às mudanças climáticas.
- Garantir que todo o setor público estadual e dos municípios tenham práticas de produção mais limpa, isto é, que previnam a poluição, para a diminuição dos impactos socioambientais através de financiamento da Agência de Desenvolvimento Paulista (DESENVOLVE).
- Desenvolver a implantação de energias renováveis que respeitem territórios e comunidades tradicionais através de financiamento da Agência de Desenvolvimento Paulista (DESENVOLVE).
- Autorizar e priorizar apenas os projetos que utilizem energias renováveis, não liberem gases e resíduos poluentes que contribuam para as mudanças climáticas por meio da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), a Companhia de Tecnologia Ambiental (CETESB) e demais órgãos competentes.
- Incentivar a redução do consumo e a eficiência energética em todos os setores por meio da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São

Paulo (ARSESP), para diminuir a pressão por recursos naturais e não propor gatilhos que aumentem a tarifa de água em caso de redução de consumo.

- Manter os parques com gestão pública e participação popular. Garantir verba para seu funcionamento por meio dos órgãos públicos competentes do estado de São Paulo.
- Estabelecer a meta: ZERO DESMATAMENTO através da Secretaria de Meio Ambiente (SMA). Promover a regularização fundiária de todas as comunidades tradicionais e acampamentos através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).
- Incentivar ações de educação ambiental que possam questionar hábitos alimentares que contribuem para a degradação ambiental através da Secretaria de Meio Ambiente. Financiar a agricultura orgânica e agroecológica através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).
- Valorizar e investir na gestão de Unidades de Conservação (UC), assim como promover a criação de novas UCs, principalmente em áreas de cerrado, incentivando a pesquisa, promovendo o lazer, a educação ambiental, o ecoturismo e a conservação ambiental.

TRANSPORTE

O governo da Professora Lisete vai diminuir gradativamente os custos das tarifas para o cidadão com a realização das licitações e a implantação do Bilhete Único Estadual que irá beneficiar toda a população do estado.

Vamos priorizar o transporte coletivo em relação ao transporte individual. Isso significa um amplo investimento em transporte de massa – ônibus, metrô e trens - para ampliar no curto prazo as malhas de transporte metropolitano. Nosso objetivo é ampliar a malha do transporte sob trilhos por sua economia, maior capacidade de transporte e redução dos níveis de poluentes na atmosfera, além de reduzir o volume de veículos e o caos do

trânsito, drama que vive as cidades com maiores densidades populacionais do Estado. Nós iremos criar fortalecer corredores de ônibus metropolitanos que irão beneficiar o interior, a grande São Paulo, o litoral e também a capital. A organização do transporte será realizada em conjunto com a população através dos Planos Regionais de Ação, onde serão debatidas e criadas linhas metropolitanas e seus trajetos melhorando a qualidade da mobilidade urbana em nosso estado.

PROPOSTAS

- Criar o Bilhete Único Estadual para ser usado em todas as linhas da EMTU e em linhas municipais das diferentes cidades do estado a partir de convênios das prefeituras com o Estado via a criação de um Fundo Estadual de Subsídios ao Transporte Público por meio de recursos do ICMS cobrado dos combustíveis, parte do IPVA e parte do lucro das concessionárias de pedágios.
- Criar critérios para adesão ao Bilhete Único Estadual envolvendo: diminuição das tarifas aos usuários, incorporação de índices de qualidade e satisfação do usuário nas fórmulas de remuneração às empresas e incorporar somente ônibus com tecnologia de combustível limpo (elétrico/etanol/biodiesel).
- Revisar e realizar a licitação das linhas da EMTU da RMSPP para que seja possível implantar gradativamente a Tarifa Zero no sistema metropolitano, com prioridade para a juventude.
- Criar faixas exclusivas de ônibus nas rodovias das regiões metropolitanas e avançar em acordos de cooperação para as rodovias de controle da União.
- Rever contratos das concessionárias das rodovias, linha 4, 5 e 18 do Metrô que só garantem os lucros das empresas privadas, mas deixam os outros serviços públicos em processo de sucateamento, como está acontecendo com as outras linhas do Metrô e com as linhas da CPTM.
- Criar ciclovias intermunicipais para incentivar o cicloturismo paulista e dar mais segurança aos ciclistas, seguindo regulamentação do plano cicloviário do estado

de São Paulo. Manter compromisso com a execução da Rota Cicloturística Márcia Prado que ligará São Paulo à Santos

- Acelerar os projetos de trens regionais entre São Paulo, São José dos Campos, Campinas e Sorocaba e do Ferroanel da Grande São Paulo, dando prioridade ao sistema de transporte público e desafogando a logística ferroviária na região
- Fortalecer o programa de segurança no trânsito do Infosiga (Movimento Paulista de Segurança no Trânsito), levando para todos os municípios do estado.
- Implementar política de acessibilidade plena no transporte coletivo para pessoas com deficiências à luz da legislação vigente e garantir a efetiva aplicação da legislação de acessibilidade em edificações de uso público e/ou multifamiliares e nos espaços urbanos.
- Combater de forma ostensiva as ocorrências de assédio contra mulheres nos meios de transporte, com campanhas permanentes.

#SP com segurança e LIBERDADE

Neste eixo, tratamos de um dos problemas mais alarmantes entre a população paulista: a segurança pública - apoiada, é claro, nos debates sobre o sistema judiciário, transparência, poder popular, guerra às drogas, encarceramento em massa, genocídio de negras e negros, mulheres, jovens, travestis e transexuais. Anunciamos assim que nossas propostas extrapolam o debate simplista de aumento de contingente das polícias. Defendemos a desmilitarização das polícias, entendendo que desmilitarizar não é sinônimo de desarmar, ainda que esse seja um horizonte estratégico. Além disso, caracterizamos nossos debates sem ignorar a esfera federal e municipal, por entender que são bandeiras fundamentais a qualquer governo ainda que a nossa ênfase seja o âmbito estadual.

Para o governo da Professora Lisete o debate de segurança pública se faz em conjunto a temática da liberdade. Compreendemos que as políticas públicas de segurança devem estar sob o controle do poder popular sendo esse o nexo causal da sua eficiência. Esse poder popular é aqui compreendido como algo além do controle social institucional burocratizado de conselhos de segurança. É, na verdade, uma resposta direta à necessidade de transparência, hoje inoperante no poder público, reproduzida também nas corregedorias das polícias, por exemplo. Estas, que não são independentes, nem tampouco imparciais, tratam com pouquíssimas sanções os crimes de Estado produzidos por agentes públicos de segurança, do poder executivo e do legislativo. Ações desse tipo objetivam diminuir números de guerra que representam a letalidade das polícias.

Não visamos punir agentes públicos como tem sido punida a juventude negra, pobre e periférica, ou as mulheres paulistas em feminicídios negros crescentes. Caminhamos no sentido oposto, construindo um sistema de justiça não punitivista, mas sim restaurativo, inclusive para agentes do poder público. A maioria da criminalidade em SP se liga a crimes não violentos como tráfico de drogas ilícitas e danos ao patrimônio, em sua maioria, pouco relevantes. O volume de pessoas encarceradas por tráfico de drogas, especialmente mulheres, com porte de até 50 gramas está entre 80% e 90%. Em uma grande quantidade de países melhor sucedidos com a questão do consumo de drogas, 50 gramas é uma quantidade compatível com a categoria "usuário de drogas", o que não caracteriza tráfico e, por conseguinte, crime. Esses países se dispõem a superar o modelo de "guerra às drogas" no tratamento da questão. Desta maneira apontamos

desde já que é necessária a revisão da legislação sobre consumo de drogas que determina a necessidade carcerária de SP.

Os governos do PSDB em SP criaram inúmeros presídios no interior do estado. Isso, além de reproduzir e reforçar uma sociedade punitivista que só aumenta índices de violência carcerária, tanto contra pessoas presas quanto agentes desse sistema penitenciário, onde se inclui a Fundação Casa, altera profundamente o modo de vida das cidades. Além do impacto ambiental, fortalece a indústria carcerária que cada vez mais privatiza presídios, mercantilizando o cárcere e a liberdade na sua forma mais cruel.

Buscamos na universidade e na realidade concreta da periferia as propostas de liberdade para nossos problemas decorrentes da retirada ou restrição dela. Pensar uma sociedade livre está muito além de pensar em segurança, apesar de este aspecto ser fundamental. Liberdade é nosso direito fundamental à existência, é ter direito e condições de escolher sobre a própria vida, sua religião, de ter sua dignidade respeitada, combatendo o preconceito e a discriminação em suas expressões violentas. É tomar como pressuposto que ser jovem, mulher, negra ou negro, ser LGBTI+, é ter o direito a ser respeitado.

PROPOSTAS

- Oferecer cursos de capacitação e de formação continuada aos policiais civis e militares relacionados a atividades de gestão e administração da instituição e práticas comunitárias.
- Implantar a Agenda Estadual de Desencarceramento em Massa com garantia de audiências de custódia e acompanhamento de andamento de processos de pessoas em Centros de Detenção Provisória, por meio da utilização dos recursos da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça associada a política de apoio a egressos, no sentido de evitar a reincidência.
- Implementar a constituição policial com modernização estrutural e criação programa específico voltado a agentes de segurança pública e suas famílias vítimas de violência, vinculado ao SUS e ao programa de proteção a testemunhas e pessoas ameaçada.

- Focar investigações sobre tráfico de drogas e armas em grandes atacadistas rastreando sistematicamente armamentos e munições, visando diminuir o poder de fogo de grupos organizados e, confiscando e estatizando todos os bens quando localizados.
- Avaliar o trabalho policial com base em indicadores e metas de redução de crimes violentos e vincular os indicadores operacionais a esses indicadores criminais, focando a atuação policial na resolução de crimes violentos, devidamente instrumentalizada por mecanismos que acelerem a investigação de crimes como os perpetrados contra a população LGBTI+.
- Fortalecer políticas públicas sobre drogas em todas as áreas governamentais de forma integrada com prefeituras. Instituir políticas de prevenção baseada em evidências científicas e em estratégias de redução de danos com a prática de serviços das Redes de Atenção Psicossocial territorializadas, de base comunitária negando o cuidado asilar de privação de liberdade.
- Investir em políticas sociais e urbanas nos territórios alvo do tráfico de drogas e de outros tipos de violência, como a Cracolândia paulistana, pautada sempre pela determinação geral de necessidades das pessoas que constituam o território, em especial usuários.
- Revogação do Plano de Expansão do Sistema Carcerário, vez que a superlotação das cadeias não ocorre por falta de presídios, mas em decorrência de prisões abusivas, ilegais e discriminatórias e da prioridade a políticas repressivas ao invés de investimentos sociais.
- Barrar a privatização de presídios, visto que esse modelo não apresentou nenhuma melhora no Brasil nem em outros países, pois perpetuou a superlotação, os maus-tratos, as rebeliões e a precariedade no atendimento à saúde, interessando apenas aos que lucram com o cárcere.

- Extinção das tropas de elite, estruturação de efetivos de controle social sobre as polícias, reparação integral às vítimas de violência estatal e extinção de práticas de abordagens e revistas abusivas e vexatórias.
- Ampliar a garantia de cuidados e proteção dos agentes de segurança pública estaduais, incluindo agentes socioeducativos da Fundação Casa.
- Investimento em programas de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional, singularizado respeitando necessidades específicas de cada grupo, como a população LGBTI+
- Efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBTI+ vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI+ e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP e demais instituições da rede já existentes nos municípios do estado.
- Reestruturar as forças policiais estaduais em acordo com suas atribuições constitucionais, sendo certo que o debate acerca do “ciclo completo” de policiamento só deve ser pautado se introduzido em um debate amplo com premissa básica a desmilitarização.
- Criação de corregedorias autônomas e independentes para investigação e responsabilização de forma imparcial de agentes públicos que cometam crimes, especialmente raciais e de LGBTfobia.
- Garantia de local apropriado em caso de encarceramento da população Trans+ que garanta o respeito a sua identidade de gênero, às diversidades e integridade física.
- Criação do Observatório Estadual e fomentos a observatórios municipais – com poder popular e participação LGBTI+ - que tenham como objetivo mapear a violência contra as pessoas LGBTI+ para geração, registro e disseminação de dados.

- Criação de um sistema público de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, inclusive de violência via redes sociais.
- Garantia do atendimento 24 horas em delegacias da mulher a todas, inclusive a mulheres transexuais e travestis, bem como criação de delegacias e unidades policiais especializadas em violência LGBTfóbica organizadas por um Núcleo de Atendimento Policial a pessoas LGBTI+
- Elaboração de programas de treinamento de agentes penitenciários para enfrentamento da violência à população LGBTI+ encarcerada, especialmente mulheres e homens transexuais e travestis.
- Fundação de Sistema Estadual de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra população LGBTI+ e fomento á adesão municipal expandindo o acesso ao formulário de notificação compulsória de violência para situações contra as pessoas LGBTI+, obrigatório em órgãos públicos.
- Incentivar e fomentar a aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização.
- Criação de Unidades de Acolhimento que atendam às especificidades da população LGBTI+, que compreendam crimes e violações de direitos específicas que sofrem travestis e transexuais, priorizando o atendimento e respeitando a Identidade de Gênero
- Abertura de documentos sigilosos da polícia, que foram encobertos pelas gestões anteriores, garantindo transparência á política de segurança pública.
- Implementação do mecanismo estadual sob poder popular para a prevenção e combate a tortura para a coibição da tortura e outros tratamentos degradantes e cruéis à pessoa privada de sua liberdade.

- Instalação do Programa “Juventude quer viver”, aliado aos municípios, ministério público, polícia civil e militar com foco em proteção social e intervenção estratégica a partir de mapeamento de mortes da juventude, priorizando focos de homicídios e suicídios das juventudes.
- Implantar e promover programas de educação de rua nas regiões metropolitanas de SP para crianças e adolescentes em situações de rua, garantindo o cuidado e integração a partir do paradigma comunitário.
- Reestruturar a Fundação CASA para se tornar um serviço educacional humanizado, com formação continuada dos trabalhadores e mecanismo de monitoramento próprio por instituições de Direitos Humanos. Debatendo em conjunto com o Tribunal de Justiça medidas de não internação de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Realizar atividades formação continuada de prevenção por meio de educação sobre drogas, a partir da Redução de Danos, para profissionais de educação em todos os níveis de ensino.

#SP DOS DIREITOS

#SP dos Direitos é um dos eixos organizadores do programa. A proposição deste eixo parte da concepção de que uma série de setores – saúde, educação, cultura, moradia, esporte e lazer- são direitos para uma existência e não mercadoria ou concessões. Desse modo, se relacionam intimamente entre si, numa intrincada rede capaz de conduzir a outro modelo de sociedade.

Para avançarmos em determinado direito social, necessariamente precisamos melhorar nos demais direitos e por isso no Governo da Professora Lisete o eixo #SP dos Direitos será fundamental para superarmos a desigualdade, democratizar o estado com poder popular e criar oportunidades para a juventude.

EDUCAÇÃO

O governo da Professora Lisete e do seu vice Professor Maurício vai garantir o acesso da população à educação pública, inclusiva, laica, gratuita, sem preconceitos e com qualidade. Vamos ter políticas para ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais.

Vamos reverter projetos contrários ao bem comum, como as ações de privatização da educação. Iremos inverter prioridades e ampliar os recursos destinados à educação, principalmente para regiões mais pobres e com maiores déficits educacionais, realizando uma transformação nas escolas com efetiva construção do poder popular dos estudantes, professores e da comunidade escolar.

Com uma nova dinâmica de cooperação do estado com as prefeituras o estado vai investir na organização comunitária do transporte escolar, alimentação e uniformes e vai cooperar na construção e nos equipamentos de creches e escolas de ensino fundamental, possibilitando que os municípios tenham mais recursos para educação. Em conjunto com os municípios criaremos um sistema de busca ativa de matrículas para garantir a permanência na escola e o analfabetismo zero, assim como um projeto de transferência de renda para estudantes do ensino médio.

PROPOSTAS

- Valorizar os trabalhadores da educação com: aumento de salário, boas condições de trabalho, com liberdade de expressão e pensamento crítico, contratação dos trabalhadores via concurso, planos de carreira, profissionalização dos agentes educacionais, formação e alternativas de dedicação exclusiva.
- Valorização dos professores da educação básica, de forma que a média salarial seja igual a dos demais profissionais do Estado de São Paulo com formação equivalente.
- Aumentar a vinculação constitucional estadual de 30% para 32% na manutenção e desenvolvimento da educação pública do Estado de São Paulo.
- Ampliar os investimentos para as três Universidades Paulistas e para o Centro Paula Souza para 11,5% do ICMS.
- Aumentar as vagas para a formação técnica e superior e integrar o ensino médio em suas diferentes modalidades.
- Criar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) estadual, seguindo o modelo de Paulo Freire, em colaboração com movimentos sociais e outros parceiros de forma a zerar o analfabetismo no estado.
- Diminuir a média de alunos por turma, para 20 alunos nas classes de alfabetização, 25 no Ensino Fundamental e 30 alunos no ensino Médio, de forma a atender com maior qualidade os estudantes da rede estadual. Retomar a discussão sobre a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada como forma de combate a reprovação e à garantia de aprendizagem.

- Combater com busca ativa a evasão de alunos no Ensino Fundamental e Médio. Ampliar para 100% o acesso e a conclusão do ensino médio com projeto de transferência de renda para estudantes através de bolsas, monitorias e estágios associados com trabalhos comunitários.
- Construir escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio. Realizar reformas de manutenção e ampliação dos espaços escolares, propiciando as escolas tenham quadra coberta, biblioteca, laboratórios, refeitório e internet banda larga, com fornecimento dos equipamentos necessários, de acordo com as demandas do poder popular escolar.
- Diminuir gradativamente o número de períodos nas escolas de Ensino Fundamental, para a implantação gradativa da escola em período integral de 7h horas diárias, de acordo com as demandas do poder popular escolar e adequando a estrutura das escolas.
- Destinar verbas às todas as escolas de forma planejada, contínua e desburocratizada para o desenvolvimento de seus Projetos Político Pedagógicos, sem que, com isso, o Estado se desresponsabilize de suas obrigações.
- Implementar política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o devido Apoio Educacional Especializado (AEE), e extinguir todas as salas e escolas especiais, garantindo o pleno acesso e a permanência de educandos com deficiência na rede pública de ensino, investindo na capacitação de professores e assistentes de classe.
- Criar políticas que promovam debates escolares que fortaleçam uma educação libertadora, incluindo discussões sobre educação sexual, gênero, combate ao racismo e aos preconceitos como a LGBTfobia.
- Fortalecer a educação indígena, quilombola, dos povos atingidos por barragens, das populações em risco social e em situação de privação de liberdade com investimento e formação.

- Investir em novos modelos de educação diversificados –multiseriados –, entrelaçando com experiências municipais.
- Destinar 50% de vagas do ensino superior estadual para os que realizaram seus estudos em escolas públicas. Estudantes negros, pardos e índios terão o número de vagas reservadas definido de acordo com a proporção dessas populações apontada no censo do IBGE de 2010.
- Planejar ações e interações entre as Universidades Públicas, as Faculdades e Centros Universitários Municipais com a rede pública de ensino de educação básica e criar as Universidades Livres com cursos presenciais, substituindo gradativamente o modelo de cursos à distância.
- Implantar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) a partir do segundo ano de governo e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) no quarto ano de governo.

MORADIA

Morar é direito de toda a população brasileira, garantido pela constituição federal, que também estabelece que as propriedades devam cumprir uma função social. Nos últimos anos o governo estadual abandonou a política de moradia frente à existência do programa federal Minha Casa Minha Vida, que favoreceu a especulação imobiliária, os proprietários da terra e empresários da construção. Precisamos retomar uma política paulista de moradia, diversificando as formas de provimento habitacional e retomando o papel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O estado precisa encarar um papel de coordenador da política habitacional entre cidades vizinhas e especialmente nas regiões metropolitanas, de forma a conter o avanço da mancha urbana e regular a especulação com o preço da terra.

A provisão habitacional deve ser diversificada. O acesso à casa própria não é a única forma de consolidação do direito a moradia e experiências de sucesso em aluguel social no Brasil tem sido registrada. Nossa proposta envolve criar condições para que os trabalhadores – principalmente os que ganham menos de três salários mínimos ou que tenham trabalhos precarizados (que na maioria são mulheres) – possam ter acesso à

moradia. Vamos enfrentar o problema das moradias em áreas de risco ou de proteção ambiental, de forma socialmente e ambientalmente responsável, mas que garanta o direito de moradia. Programas de reurbanização de favelas, canalização, saneamento básico, serão pensados nessa dupla dimensão.

No governo da Professora Lisete a moradia será entendida como serviço público, permitindo desta forma, atender melhor populações mais vulneráveis como idosos, refugiados, vítimas de catástrofes e população em situação de rua, em geral excluídas dos programas de moradia tradicionais. Favorece ainda a variedade de tipologias habitacionais (dimensão e localização) e o melhor atendimento da diversidade de arranjos e composições familiares atuais, superando a padronização de habitações para casal com filhos. O planejamento e as ações serão realizados de forma integrada. Não há moradia sem infraestrutura e mobilidade. Como um direito social fundamental, é preciso garantir, primeiro, o acesso e a observação das normas de acessibilidade da ABNT (“desenho universal”) e do Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e áreas comuns.

PROPOSTAS

- Criar programas de habitação de interesse social para a baixa renda, garantindo não apenas financiamento e subsídio público, mas a diversificação das formas de provisão habitacional de acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios.
- Criar habitações coletivas para a juventude e incentivos de assistência moradia, principalmente para acolher jovens LGBTI+ expulsos de casa, pessoas com deficiência, mulheres, negros e negras.
- Implantar serviço público de assistência técnica gratuita com profissionais de diferentes formações junto às comunidades locais visando à produção de outras formas de viver, com qualificação de moradias, à regularização fundiária, apoio à autogestão e a produção coletiva.

- Urbanizar assentamentos precários, fazer a regularização urbanística e fundiária de favelas e loteamentos e ocupações consolidadas, focando no reconhecimento da posse.
- Recuperar a qualidade de vida nos bairros regenerando áreas abandonadas ou socialmente degradadas e investir na requalificação das habitações de interesse social já existentes, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade.
- Extinguir a atual política de remoções, construindo um modelo de política habitacional que respeite o direito à integridade e inviolabilidade do domicílio. Suspensão dos despejos sem alternativa habitacional.
- Redução e controle dos preços de aluguel por meio de atuação no mercado de aluguéis e através de legislação própria, como o aluguel social, onde o estado pode alugar casas com preço subsidiado controlando a oferta e demanda.
- Levantamento dos imóveis vagos de propriedade do Estado e elaboração de projetos de aproveitamento para construção de moradia social.
- Na cobrança aos grandes devedores do Estado, realizar negociações com pagamento em terra e imóveis urbanos, para fins de aproveitamento para moradia popular.
- Taxas de juros reais zero para financiamento habitacional popular, banimento da amortização via tabela PRICE e proibição da utilização do instrumento da alienação fiduciária nos contratos do estado.
- Garantir o acesso de todas as pessoas com deficiência nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e áreas comuns, com a observação das normas de acessibilidade da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas (“desenho universal”) e do Decreto Federal 5296/04.

- Garantir a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade impedindo a existência de imóveis privados não utilizados ou subutilizados e realizar um estudo e planejamento para que imóveis nessas condições possam ser destinados para moradia popular.

CULTURA

Em uma sociedade desigual, a produção e a difusão de bens culturais tendem a reproduzir desigualdades como as atualmente acontecem com os empresários decidindo e realocando recursos dispensados para a cultura via renúncia fiscal. No governo da Professora Lisete isso irá mudar. Será vital que o estado atue como indutor de processos via fomento direto em que a cultura será entendida como um direito social, cujo potencial emancipatório e inclusivo será promovido pelo estado, com democracia no acesso e no fomento à cultura, nos mais diversos espaços e territórios, sem prejuízo para a autonomia e a liberdade de expressão. Faz-se necessária ampliação do investimento público em cultura com transversalidade entre as diferentes áreas, mecanismos de financiamento público de produções culturais, incluindo as produções periféricas, da juventude, das mulheres, da negritude, da comunidade LGBTI+ e das pessoas com deficiência.

Faz-se necessária ampliação do investimento público em cultura com transversalidade entre as diferentes áreas, mecanismos de financiamento público de produções culturais, incluindo as produções periféricas, da juventude, das mulheres, da negritude, da comunidade LGBTI+ e das pessoas com deficiência.

PROPOSTAS

- Ampliar o número de escolas de ensino de arte nas diferentes regiões do estado e em diversos níveis de ensino.

- Aumento do orçamento do PROAC editais para um patamar nunca inferior a R\$ 100 milhões, bem como a elaboração de políticas públicas de Fomento Direto que contemplem as diferenças e especificidades das diversas regiões que constituem o Estado de São Paulo, bem como a diversidade de agentes culturais.
- Implementação do Sistema Estadual de Cultural, conforme o Sistema Nacional de Cultura, com mecanismos de controle social do orçamento público e do Fundo Estadual de Cultural.
- Instituição de câmaras setoriais com comissões populares dos movimentos e outros canais de ampla participação popular para a elaboração, construção e acompanhamento de políticas públicas para a cultura.
- Elaboração de Políticas Específicas para as manifestações artísticas e culturais de Rua, Populares e Periféricas, com destaque para o fim da marginalização e criminalização de tais expressões.
- Fortalecimento da Política de Pontos de Cultura com fomento à constituição de espaços culturais periféricos com base territorial, priorizando regiões periféricas e com ausência de equipamentos públicos da cultura. Ampliação do prazo de vigência dos convênios com os Pontos de Cultura nunca inferior a 03 anos e estabelecimento de meta de 1000 projetos anuais contemplados.
- Ampliação do número e escolas de ensino de arte em diversos níveis. - Reversão do atual processo de desmonte e precarização dos corpos estáveis da Secretaria de Estado da Cultura, bem como a criação de projetos de popularização e formação popular por meio desses corpos.
- Resgatar a vocação original da TV Cultura, hoje capturada pelos interesses das elites econômicas, recuperando seu viés civilizatório.
- Elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do audiovisual, destacando-se rádio e TVs comunitárias e abrangência regional. Bem dar

condições de circulação da produção por meio de veículos sob controle ou conveniados ao Poder público Estadual, como a TV Minuto.

- Junto à Secretaria do Transporte, promover o Passe Livre aos finais de semana para estimular o acesso à cultura.

SAÚDE

No governo da Professora Lisete a saúde é direito e não mercadoria. Para isso faz-se necessária compreender a saúde em sua complexidade envolvendo outros direitos sociais. A defesa de um Sistema Único de Saúde público, gratuito, estatal e de qualidade é premissa fundamental e desta forma, nosso governo irá rever a estratégia privatizadora contrária ao bem comum que vem sendo utilizada no estado de São Paulo há muitos anos.

A reforma da administração direta - com valorização dos trabalhadores e poder popular – irá melhorar significativamente os serviços de saúde, ampliando o atendimento das demandas de cada região. Vamos coordenar e articular regionalmente as redes de atenção à saúde de modo a reduzir iniquidades entre municípios causadas por insuficiência na arrecadação e melhorar em todo estado a qualidade da saúde, fazendo a inclusão nos serviços das pessoas com maior vulnerabilidade.

PROPOSTAS

- Valorizar o trabalhador dos serviços de saúde, com aumento salarial e garantia de condições dignas de trabalho; contratações para reverter terceirizações feitas pelas gestões passadas.
- Auxiliar departamentos regionais e prefeituras na resolução de necessidades de saúde, evitando a superlotação de hospitais. Dar transparência às filas de vagas no SUS, aumentando a eficácia de atendimentos de média e alta complexidade, fortalecendo os hospitais públicos.

- Garantir o financiamento dos hospitais estaduais – inclusive os universitários – dando fim ao fechamento de unidades e diminuição do número de leitos, atendimentos e procedimentos.
- Ampliar horário de atendimento nos ambulatórios de especialidades e incentivar esta ampliação nas Unidades Básicas de Saúde, para que trabalhadores possam ter acesso a consultas e atividades educativas, de acordo com a demanda.
- Incluir a pessoa com deficiência na rede de atenção integral à saúde. Promover qualificação aos profissionais no sentido de considerar a pessoa com deficiência como um cidadão e não apenas como portador de uma ou mais limitações.
- Desenvolver campanhas de prevenção às deficiências e implementar práticas de cuidados domiciliares envolvendo equipes de saúde da família, de assistência domiciliar e comunidade. Garantir o provimento e a adequação de tecnologias que ampliem as possibilidades de independência e de inclusão das pessoas com deficiência.
- Promover espaços de Educação Popular em Saúde, tanto nas unidades de saúde quanto no território; incorporação de Práticas Integrativas e Complementares no rol de serviços oferecidos, com capacitação e contratação de profissionais.
- Promover autonomia e articulação dos movimentos populares, feministas, juventude, negras/os, LGBTI+ e de trabalhadores para além dos espaços de controle social, com reuniões e atividades coletivas de poder popular no território; exigir transparência nos conselhos e conferências de saúde.
- Implementar a Lei N° 11.104, conhecida como a “Lei da Brinquedoteca”, de autoria da deputada Luiza Erundina, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação
- Promoção e ampliação do Programa Saúde na Escola, com incentivo ao esporte, lazer e atividades educativas com a comunidade escolar e a população.

Promover a discussão de gênero e saúde reprodutiva, combate ao racismo, machismo, LGBTfobia e falar sobre a Lei Maria da Penha, com linguagem apropriada a cada faixa etária das crianças e adolescentes.

- Ampliar e articular as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) no cuidado de pessoas com sofrimento psíquico através de suporte qualificado aos municípios e aos profissionais, valorizando práticas de inserção nos territórios.
- Promover ações em conjunto com a Atenção Primária, CAPS Álcool e Drogas e consultórios de rua; com atividades educativas intersetoriais, atendimentos interdisciplinares - com usuários e familiares - e implementar medidas de redução de danos. Realizar auditorias de contas e prontuários das comunidades terapêuticas e, possivelmente, fechar essas entidades, coibindo práticas manicomiais.
- Implementar programas de saúde destinados aos setores historicamente oprimidos como mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, LGBTI+, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência; além de qualificação aos profissionais de saúde para atender essas populações e garantia de acesso, de acordo com suas especificidades;
- Promover acesso ao pré-natal de qualidade, atendimento digno durante o trabalho de parto e puerpério, inclusive em situações de abortamento, promovendo o protagonismo feminino; garantir meios de acesso ao hospital ou casa de parto de referência da gestante em situações de emergência, como ambulâncias em cada distrito de saúde, com contrapartida dos municípios.
- Aprovar o PL nº 250/2013, que garante a presença das doulas nos estabelecimentos de saúde públicos e privados do estado de São Paulo e garantir sua implementação.
- Ampliação dos centros de parto normal e casas de parto no estado de São Paulo, com inserção das Obstetizes e Enfermeiras Obstétricas e enquadramento destas no Plano de Cargos, Vencimentos e Salários do estado;

- Garantir acesso e atendimento respeitoso a quem busca a realização de aborto legal. Ampliação e não fechamento das unidades capacitadas para a realização do procedimento, além de treinamento de pessoal e fortalecer e garantir investimento no Hospital Pérola Bygton – referência na saúde da mulher no Estado.
- Promover assistência respeitosa para mulheres, LGBTI+, crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de violência nos serviços de saúde; com escuta qualificada, notificação compulsória, encaminhamento adequado e garantia de sigilo e privacidade às vítimas. Disponibilizar o tel. 180 - Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - em todos os estabelecimentos públicos e privados do estado.
- Garantir atendimento digno à população negra; respeitando suas crenças e cultura, além de capacitar os profissionais quanto à anemia falciforme e sua maior prevalência nesta população e coibir atos racistas de qualquer natureza.
- Garantir assistência integral e gratuita nos equipamentos de saúde do estado de São Paulo à toda a população LGBTI+ - com o uso do nome social, acesso a consultas, atividades educativas, procedimentos - incluindo a cirurgia de redesignação sexual - e exames preventivos na Atenção Básica e Especializada, durante todo o ciclo vital;
- Integrar os serviços de Assistência Social e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador à Atenção Primária, com matriciamento entre as equipes e atividades nos locais de trabalho. Criar políticas de acolhimento relacionadas à saúde do trabalhador em Saúde
- Articular e fortalecer as intervenções de vigilância em Saúde do Trabalhador através dos CEREST's, combatendo condições precárias de trabalho e contribuindo para a prevenção de acidentes e doenças profissionais.

- Incentivar e dar suporte para os trabalhadores da saúde atuarem em rede com profissionais de outras áreas, como em relação aos Centros de Referência da Mulher e com os profissionais da educação. Debater intersetorialmente a medicalização da vida e incentivar, quando possível, a desmedicalização.
- Articular ações com entes públicos para o combate ao assédio moral no trabalho.
- Capacitar os agentes de saúde pública em parceria com os órgãos federais de atendimento à saúde indígena, objetivando um atendimento adequado aos pacientes oriundos dos povos tradicionais.

ESPORTE E LAZER

Em nosso programa vamos superar a ênfase nas práticas esportivas de alto rendimento – essencialmente competitivas – e valorizar o esporte, as práticas corporais e o lazer como um direito. Nessa escolha vemos a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual e reprime violentamente a presença de pessoas LGBTI+, além de reforçar estigmas racistas. Nossa perspectiva de esporte, práticas corporais e lazer busca contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social.

O governo da Professora Lisete vai democratizar o acesso aos espaços públicos de lazer, estimulando seu uso por uma comunidade plural de – LGBTI+, juventude, pessoas com deficiência, mulheres e negritude – recuperando a gestão direta e eficiente dos equipamentos públicos, estimulando a autogestão comunitária. Mas os equipamentos existentes são centralizados, insuficientes e por vezes inadequados, desta forma nosso programa vai ampliar os equipamentos esportivos nas diferentes regiões do estado, decidindo em conjunto com os PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO, de modo a reposicionar as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos.

PROPOSTAS

- Construir um Sistema Estadual de Esporte e Lazer, articulando práticas corporais e esportivas nos municípios fomentando estratégias e programas que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento com orçamento amplamente maior para esporte de participação.
- Utilizar as emissoras públicas estaduais, em especial a TV Cultura para a transmissão e divulgação das atividades da Secretaria de Esporte e Lazer, incluindo os direitos de transmissão da primeira e segunda divisão do Campeonato Paulista e Copa São Paulo de Futebol Júnior.
- Promover projetos de esporte e lazer que permitam a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que se referem às temáticas da história e cultura afro-brasileira e indígena, organizando eventos dos povos indígenas e das comunidades remanescentes dos quilombos.
- Promover projetos, atividades e práticas que resgatem tradições, festas, jogos e brincadeiras populares brasileiras, priorizando o lúdico ao invés do alto rendimento esportivo.
- Promover junto aos movimentos LGBTs, discussões e projetos acerca das práticas esportivas e práticas de Lazer.
- Construir em cada equipamento e núcleo esportivo um grupo de reflexão crítica de maneira a desconstruir estereótipos racistas, sexistas, machistas e homofóbicos, tornando o esporte e as práticas corporais campo para superação e não reafirmação da violência.
- Garantir que equipamentos, espaços e serviços esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam totalmente acessíveis às pessoas com deficiência, em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais.

- Auditar para finalização ou reorientação dos recursos, dos programas e projetos: 100% - Esporte para Todos, Academia do Ar Livre, Academia da Saúde, Programa VidAtiva, Bolsa Talento Esportivo e Esporte Social

- Adequar espaços públicos estaduais para eventos e festas organizados pela própria juventude local, como “rolezinhos” e bailes de rua, garantindo suporte de mediação de conflitos e cuidado em redução de danos.

- Separar a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude em Secretaria das Juventudes e Secretaria de Esporte e Lazer e comprometer a maioria do orçamento desta com lazer e esporte de participação sendo que a parte menor deve ser voltada ao esporte de base.